

“O MAL DO MOCAMBO”: O DISCURSO DE AGAMENON MAGALHÃES E A BUSCA PELA MORAL E CIDADANIA NO RECIFE (1937-1945)

RENATA P. S. MORAES¹

Resumo

As ações do governo de Agamenon Magalhães no estado de Pernambuco foram caracterizadas por grandes transformações no espaço urbano e propaganda intensa contra os moradores de mocambo, em uma associação profunda entre a moradia e o sujeito; sendo o mocambo estigmatizado como portador de todos os males biológicos e morais – especialmente em um período de ainda forte influência das ideias higienistas e eugênicas. Este artigo traz de forma introdutória o contexto do status de cidadania no Estado Novo e a ideologia apresentada por Magalhães no exercício de sua interventoria, analisando-se a relação existente entre o discurso apresentado por ele sobre a justificativa das ações da Liga Social Contra o Mocambo como promotora do bem social e moral, progresso e ligada à noção de moradia própria como direito do cidadão.

Palavras-chave: Mocambo, Estado Novo, Cidadania, Biopolítica, Moralidade

A constituição outorgada em 1937 reconhece enquanto brasileiros aqueles nascidos no país, filhos de pai ou mãe brasileiros ou os estrangeiros naturalizados, sendo assim reconhecidos seus direitos de cidadania desde o reconhecimento do mesmo enquanto pertencente à nação. Assegura no artigo 122 a todos que sejam cidadãos a liberdade de expressão, a segurança individual e a liberdade, sendo “todos iguais perante a lei”, podendo estabelecerem-se em qualquer lugar do território nacional, igualdade no acesso de cargos públicos, liberdade de exercer e expressar quaisquer

¹Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: renatapsmoraes@gmail.com

práticas religiosas, respeitando-se também a inviolabilidade de domicílio e correspondência (com exceções contidas em lei) e a posse de propriedade até que ocorra sua desapropriação para o bem público, sendo tal proprietário devidamente indenizado.

Tal liberdade de se expressar e agir, porém, dá-se diante de certos parâmetros. Estão declarados ainda no artigo 122 que para garantir a paz, a ordem e a segurança pública a censura dos veículos de comunicação, estendendo seu poder dos jornais às apresentações artísticas; sendo necessário para tal o combate às ações que fossem contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, buscando-se assim no final o bem estar do povo. Visando isso tudo, a imprensa recebe caráter público, devendo servir aos interesses do Estado e sendo negada a recusa de colaboração com o mesmo.

O Estado têm especial responsabilidade sobre a família, devendo zelar por sua união afim de proteger principalmente a infância e a juventude, devendo o poder público tomar todas as medidas cabíveis para assegurar um bom e são desenvolvimento moral. A família é o núcleo de onde deriva a nação e compromisso especial do governo. Em nome de sua segurança, o artigo 166 afirma que em caso de qualquer ameaça externa ou interna da perturbação da ordem e soberania do país, o presidente tem autorização para declarar estado de emergência e convocação do poder militar, não sendo de forma alguma necessária a convocação de parlamento ou qualquer conselho deliberativo, sendo determinado que quando tal período fosse encerrado o presidente convocaria a Câmara dos Deputados para organizarem a nova estrutura. Em tal situação, estão suspensas as liberdades de correspondências e expressão e a apreensão de qualquer sujeito em domicílio.

Essas regulamentações aqui apontadas apresentam interessante paradoxo. A cidadania do sujeito era algo frágil de se manter durante o período em que ocorreu o Estado Novo no Brasil, e a anulação dos direito diante do estado de emergência não foi algo exclusivo do governo de Vargas. A partir de 1935 foi decretado o estado de sítio e a Constituição de 1937, ainda que não de forma declarada, revela-se uma prolongação desse status. Para entender tais conceitos aqui levantados, o filósofo Giorgio Agamben oferece grande colaboração. Em seus livros *Estado de Exceção* e *Homo Sacer I*, o autor

dedica-se a entender como as ações de tal status político (ocorrido em vários países principalmente no contexto da Segunda Guerra Mundial) acabou por trazer à tona o quão sensível é a condição de reconhecimento, tanto como sujeito como cidadão.

No caso brasileiro, tal estado de exceção se deu mediante a ameaça declarada pela ascensão do comunismo e as diversas instabilidades econômicas, políticas e sociais decorrentes por situações internas e externas. A crise financeira de 1922, a decadência do liberalismo enquanto projeto econômico, entre vários outros fatores, serviram para que Getúlio Vargas e seus aliados através de diversas ações e desdobramentos viessem a culminar seus projetos em 1937 com o Estado Novo². A ameaça comunista e a decorrente deturpação da ordem vigente eram eminentes segundo a propaganda do governo e foi o seu mote principal, disseminado especialmente através dos jornais, passíveis de censura. Tal estado não é, como se poderia pensar em um primeiro momento, fruto de uma mentalidade absolutista, mas sim da lógica democrático-revolucionária, tendo o seu momento justamente entre 1934 e 1948 e, seguindo o termo usado pelo direito alemão da época, apresentava-se como uma “ditadura constitucional”; sendo característico nessa estrutura a progressiva expansão dos poderes do executivo no âmbito legislativo (AGAMBEN, 2004. Páginas 16-18).

Diante do estado de exceção vive-se uma “terra de ninguém” jurídica. A garantia de proteção da segurança e integridade é descartada em nome de um controle total por parte do governo para o que chama por “bem da nação”; o novo regime presente no Brasil era afirmado pelo seu “chefe” como um desejo e necessidade advindos dos tempos difíceis e da desestabilidade sentida por todos. Não há classe nem a separação entre mais ou menos privilegiados, todos são parte desse corpo-nação onde o soberano rege as estruturas, do central ao periférico, da capital às mais longínquas cidades, em um exercício de poder que visa a soberania do país.³

²Para mais informações sobre esse contexto, consultar CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)* - Rio de Janeiro: Difel, 1976.

³ “Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos

Estamos tratando de uma época em que, a nível político, representou o ápice da condição de ser vivo e ser cidadão como não necessariamente conectados; estando o corpo desse sujeito está dessa forma caracterizado pelo que Agamben chama por *zoé* ou *vida nua*. A situação que o estado de exceção e a estrutura biopolítica apresentam faz com que não seja o cidadão o sujeito da política, mas sim seu corpo – que por sua vez é pertencente a um conceito maior:

“A vida natural que inaugura a biopolítica da modernidade, assim posta à base do ordenamento, dissipa-se imediatamente na figura do cidadão, no qual os direitos são ‘conservados’. (...) E precisamente porque inscreveu o elemento nativo no próprio coração da comunidade política, a declaração [dos direitos humanos] pode a este ponto atribuir a soberania à ‘nação’”
(AGAMBEN, 2001: 134-136).

A ideologia presente no Brasil durante o Estado Novo encaixa-se nesse contexto. Com o objetivo de representar e proteger a vida daqueles que compõem a nação, suprime-se o que era previsto como direito do cidadão para que assim possa-se separar em dois blocos as vidas dos cidadãos daquelas que não terão mais tal status por ameaçarem o projeto nacional, a hegemonia e a moralidade do corpo do Estado – tornam-se vidas que não merecem viver. Não sendo visto enquanto cidadão, o sujeito tem sua transição do *homo* ao *zoé*, torna-se corpo sem reconhecimento de crime diante da sua morte; isto é previsto não apenas na constituição mas passa a seguir da estrutura do macropoder para o micropoder, com as diversas esferas político-sociais realizando a manutenção do controle doutrinado – muitas vezes de forma repressiva e violenta – pelo

ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil; atendendo ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente; atendendo a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo; sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas, resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País” – *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 10 de novembro de 1937

soberano⁴. Das ações educativas nas escolas e comunidades indo até as prisões e mortes, sob o olhar que Agamben nos oferece de um contexto de biopoder na Alemanha nazista (tratando-se especialmente do seu teor e ações eugênicos) podemos entender o que até agora foi dito da seguinte forma:

“Sob a aparência de um problema humanitário, no programa estive em questão o exercício (...) do poder soberano de decidir sobre a vida nua. A ‘vida indigna de ser vivida’ não é, com toda evidência, um conceito ético, que concerne às expectativas e legítimos desejos do indivíduo: é, sobretudo, um conceito político. (...) Na idade da biopolítica este poder tende a emancipar-se do estado de exceção, transformando-se em poder de decidir sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante. (...) Na biopolítica moderna, soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal”. (AGAMBEN, 2001: 148-149)

Diante desses conceitos, podemos agora nos deter especificamente ao que vinha acontecendo no Brasil no que tange as principais ideias de eugenia e higienismo, símbolos maiores da intervenção do poder soberano sobre os corpos, e com uma dupla referência. A revolução médica ocorrida no século XVII a partir da descoberta sobre o funcionamento da circulação sanguínea desencadeou não apenas uma série de outras descobertas (oxigenação cerebral, funcionamento dos pulmões, transmissão de nutrientes e doenças para todo o corpo), mas também aproximou ainda mais áreas como medicina, urbanismo e direito. A revolução médica pareceu ter como uma de suas consequências a maior ênfase à saúde do que a antiga moral cristã, além de um novo olhar sobre a já vinda da Grécia Antiga associação realizada pelos engenheiros entre a saúde do corpo humano, a do corpo urbano e, mais tarde, do corpo da nação; estando

⁴ As relações entre essas duas estruturas são definidas e analisadas na obra *Microfísica do Poder*, de Michel Foucault.

estas concepções interligadas não só em seus funcionamentos e suas razões de existirem como também na forma como essa vida existente lá dentro acontecia.⁵

Durante o passar do tempo tais relações se fortalecem, chegando ao início do século XX com uma noção de cidade fortemente influenciada pela medicina e uma política cada vez mais fundamentada em princípios eugênicos. Temos nesse período a busca por aquilo que define a nacionalidade brasileira, o que une seus habitantes como um povo como um Estado legítimo e particular. Em um artigo intitulado *O Urbanismo e seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945)*, José Tavares Correia de Lira apresenta sua análise sobre como essa busca e os princípios acima citados se interligam de forma ainda hoje sentida nas cidades.

O discurso sanitário e eugenista no urbanismo apresenta uma forma de ver a cidade e a moradia interligando a residência à formação do caráter, preocupando-se com a moral, a família, os costumes, a sensibilidade, a sexualidade e a reprodução dos moradores (LIRA, 1999. Página 47), e tais princípios surgem com a promessa de melhoria das características físicas, mentais e morais da população:

“É possível até que a ascensão, entre 1910 e 1920, de um argumento nacionalista a reivindicar a precedência de causas higiênicas e sociais de ‘nossa decadência’ tenha ampliado as possibilidades de abordagens dos males do Brasil e de regeneração do homem nacional para além de visões étnicas e raciais até então indiscutíveis. (...) Não é de se estranhar também que o discurso da doença e do saneamento do país tenha de fato contribuído com mais força para referendar e escoltar a disciplina urbanística em sua função modernizadora da nação” (LIRA, 1999: 51).

A eugenia e o higienismo são a promessa de uma mudança do povo brasileiro sob o controle do biopoder que é detido pelo Estado. Ainda que apresentando algumas diferenças entre os anos 1900 e 1940, a ideia de mudar e controlar a sociedade a partir de princípios biológicos percorreu as ações no espaço urbano não apenas em cidades

⁵ A longa relação entre a concepção de cidade como um corpo vivo e sua conexão com as visões advindas do que vinha a ser a vida e o corpo humano são apresentadas por Richard Sennet em sua obra *Carne e Pedra*.

como Rio de Janeiro e São Paulo, como também na capital pernambucana. A existência de tantos órgãos de assistência e vigilância, tantas repartições de higiene pública; de encartes educativos, reclamações nos jornais, de um esforço político considerável para melhoria das condições biológicas e raciais/culturais aproximam-se historicamente do fim da escravidão africana e início da imigração europeia e asiática. Se as concepções sobre os hábitos entendidos como “de negro” nunca foram vistos de forma positiva – aonde a raça e cultura são dois conceitos que frequentemente são aproximados -, a ciência agora tratará de delimitar e “curar” aqueles aspectos biológicos que emanam para a convivência e costumes sociais de forma tão negativa.

Discutia-se nos meios acadêmicos de Recife de demais capitais brasileiras o que fazer para melhorar a estrutura urbana, fazendo dela mais que um reflexo da ordem promovida pelo novo regime, mas também colaboradora para a manutenção da mesma. Havia um vírus a ser combatido, como já foi dito, e ele estava localizado justamente naquela moradia do pobre. Cortiço, favela e mocambo estão ligados por um interesse ávido a elas destinado por parte da engenharia, do urbanismo, da política de cunho higienista, vendo essas formas de se viver como representação da corrupção humana a partir do lugar em que se vive.

No Recife, encontramos o mocambo como portador do estigma execrável: moradia de negro, de ex escravo, de pobre; torna-se símbolo do atraso e da desordem que envergonha todo o estado. São notadas diversas políticas de combate à expansão dessa forma de moradia, todas elas baseadas em princípios de limpeza biológica e social. Usando da alegoria que Richard Sennet apresenta sobre a relação entre corpo e cidade, aquelas casas de barro, vindas do mangue, são o tumor que necessita ser combatido com todas as forças. A vida que ali reside, o mocambeiro, é o portador das mazelas trazidas pelo lugar em que habita, e segundo algumas interpretações

“nos mocambos recifenses, a comparação com os aldeamentos africanos chegaria a propor hipóteses em antropologia física: os pés dos habitantes da Ilha do Leite no Recife eram deformados. Não apenas em razão da insalubridade, amontoamento e promiscuidade em que viviam, pela

vadiagem e indisciplina, mas também por serem 'arraial de pretos' e constantemente evocarem a fisionomia das primitivas cidades negras, deveriam ser sistematicamente erradicadas, construindo-se em seu lugar cidades-jardins, submetidos a um plano higiênico e econômico.” (LIRA, 1999: 63)

Retomando o que foi analisado por Agamben quanto a construção da biopolítica e da intervenção do soberano sobre a vida de o status de cidadania de todos aqueles que se apresentam submissos, o contexto da cidade do Recife durante os anos 1930 e 1940 apresentava-se dramático para os moradores de mocambo. As ações eugênicas ocorreram de uma forma menos explícita do que no exemplo alemão, mas não deixa de ser notado nos projetos urbanos vindos especialmente com a interventoria de Agamenon Magalhães. A partir de sua nomeação para o cargo de interventor no estado de Pernambuco, ele buscou em suas escolhas para os cargos de poder em todo o estado sujeitos com perfil claramente alinhado ao seu, devendo todos subserviência aos seus comandos em nome de um alinhamento e obediência ao chefe da nação, Getúlio Vargas. A partir de 03 de dezembro de 1937 foi como se a órbita da cidade girasse em torno de sua figura, de suas escolhas e seu discurso. Magalhães agirá reprimindo, cooptando e doutrinando (PANDOLFI, 1984: 30), tendo como apoio direto os seus escolhidos, todos eles devidamente representantes da comunidade católica e da doutrina estadonovista. Um deles foi o prefeito do Recife, Novaes Filho.

O estímulo à construção de prédios altos com elevadores e ao consumo de produtos elétricos durante o governo de Novaes Filho encontrou apoio dadas a expansão do envio de luz elétrica. Como diz Pontual, “água e esgoto eram tidos como necessidades, mas os enlevos e as aspirações dos urbanistas convergiam para a energia elétrica e a iluminação, símbolos de progresso em associação direta com o maquinismo” (PONTUAL, 2001: 104). A substituição do gás pela energia elétrica e ampliação da eletricidade em áreas públicas se deu em apoio da Pernambuco Tramways and Power Company, tendo ocorrido nos bairros da Boa Vista, Graças e Afogados, estendendo-se para as Estradas dos Remédios, do Arraial e de Belém, ponte da Caxangá e Avenida

Norte. Não se deve esquecer das vilas (em breve melhor esclarecidas): dos Bancários, da Macaxeira, de Areias e dos Servidores do Estado.

Assim como as essas ações, a ponte Duarte Coelho (1942) e a construção da Praça 13 de Maio (1939) foram também de seu mandato, sendo símbolos especiais do seu governo e da interventoria de Agamenon Magalhães, juntamente com a construção da Dantas Barreto. Analisando-se arquitetonicamente as preocupações da época, percebemos a presença constante do concreto aparente, da fachada limpa, a preferência pelas ruas largas e retas, o acesso direto entre elas e as demais ruas, promovendo um fluxo dos transportes e o privilégio que os mesmos teriam na orientação do projeto urbanístico na cidade. É importante salientar que tal dinâmica trazia em si uma lógica de hierarquização das residências e espaços da cidade que já era conhecida. Nota-se não apenas pelo que Virgínia Pontual e José Lira apresentam, mas pelas próprias notícias da época a ênfase na retirada dos moradores de mocambo para áreas mais afastadas, as áreas suburbanas que estavam agora sendo “colonizadas”, e a escolha de tais terrenos para essas moradias deve ser entendida não só diante dos menores custos dos terrenos ou mesmo graças à expansão das linhas de bonde e demais transportes: há em tal lógica a preservação dessa antiga hierarquia, onde as famílias mais tradicionais moram próximas aos rios e os subalternos devem ir para os fundos da cidade. (LIRA, 1999: 63).

Os esforços realizados por Novaes Filho e Magalhães em mostrar o centro da cidade como alinhado às tendências modernas de arquitetura, orgulhando-se dos prédios altos que aos poucos iam marcando presença na cidade, estão inseridos em um conjunto de simbolismos que deveriam estar claros no cotidiano dos moradores, informando que o progresso e a modernidade tinham chegado. Havia urgência em combater-se a todo custo o atraso, o provincianismo, a falta de higiene repugnante que existia nas ruas e residências. O estado miserável em que muitos se encontravam era mascarado pelos prédios de vidros reluzentes e elevadores fascinantes, assim como também se esforçavam em demonstrar os jornais e os discursos do interventor.

“Era necessário modificar a mentalidade retrógrada dos que achavam que nada podíamos a fazer de maior e de mais importante

para dar outra vida à capital pernambucana. Tudo quanto se tentou fazer nesse sentido no governo passado foi posto à margem como ‘suntuário’ e inacessível às possibilidades financeiras da prefeitura. Felizmente, a administração do Sr. Novaes Filho enveredou por caminhos bem diversos e já agora o Recife é uma outra cidade cheia de aspirações largas e fecundas. E vai se realizando uma obra de urbanização e embelezamento digna de uma cidade que é, incontestavelmente, a metrópole de toda uma vasta região brasileira”.
(F.D.M., *O Novo Recife*. 18/03/1939 matutino, página 3)

É em nome do combate a essa “mentalidade retrógrada” que Agamenon Magalhães e seu prefeito destruíram grande parte do conjunto arquitetônico do centro do Recife. É em nome também da ordem e da disciplina que as ruas e becos estreitos e tortos darão lugar às avenidas largas e retas, higienizadas. O *Folha da Manhã*, sob comando de Magalhães, tratava de alimentar o imaginário coletivo da população com notícias diversas sobre a degradação e sujeira dessas antigas áreas, verdadeiros locais de “malassombros”, locais sem higiene, conforto ou moralidade algumas e onde circulavam todo tipo de gente má.

No início de sua campanha, o interventor assumiu o compromisso não só com as questões sociais, mas com a recuperação econômica e moral do estado. “A falta de autoridade de disciplina e de confiança, o desânimo das forças produtoras, o comunismo e o integralismo em ação” proporcionou segundo ele uma decomposição. Para promover a reestruturação da ordem no estado, promoveu-se diversas ações – principalmente na saúde. (F.D.M. *Valores Morais*.25/09/38, pág. 01-03). A família, como estrutura base da nação, fonte de equilíbrio em diversos sentidos, também precisava de cuidados. Ela é

“instituição de equilíbrio e resistência nas épocas de crise social, é a instituição que resume a vida moral das nações e assegura sua continuidade através dos tempos. (...) O Estado não pode ser mais indiferente aos problemas morais. Há um

*mínimo de felicidade que ele é obrigado a assegurar” (F.D.M.,
Proteção à Família. 03/01/39. Pág. 03)*

A partir desses fragmentos pode-se entender de forma mais próxima a insistência de seu governo⁶ em intervir diretamente em tudo que é “do lar para dentro”: o bem estar do casamento, a quantidade de filhos e qualidade da educação para os mesmos, as funções do marido e da mulher, indo até mesmo às opiniões sobre plantas e animais que podem ser criados nas casas. A preocupação do poder oficial sobre o cotidiano domiciliar está inserida em um projeto maior, naquilo que Agamben – como foi visto em capítulo anterior – entende como a execução do poder soberano sobre a vida que habita nos corpos dos possíveis cidadãos. Doutrinar a estrutura familiar em seus diversos âmbitos tinha como consequência o controle da vida dos mesmos como um todo, mostrando-se no Fôlha uma ênfase freqüente a conexão entre a moralidade e o lar.

A família operária é trazida como o exemplo do ideal do Estado Novo: trabalhadora, honesta, cristã e que honra e colabora com seu esforço e imagem para o progresso da nação, estando presente nos eventos do estado – razão de grande orgulho ao interventor. (F.D.M., *Fato Significativo*. 01/05/39, pág. 03). A melhoria das condições de renda do brasileiro era elemento-chave de sua proposta e fundamental para o sucesso da empreitada social, e os que até então estavam conseguindo maior melhoria era essa classe proletariada, que precisava ser salva com urgência da má habitação do mocambo; insistindo-se que, antes mesmo da construção de vilas operárias, deveria ser realizado o aumento salarial, para que proporcionasse melhor poder de compra e consumo. (F.D.M., *Salários*. 07/05/39, pág. 3).

Do final de junho de 1939 até o início de 1940 os textos de Agamenon Magalhães abordam principalmente as ações relativas à Liga Social Contra o Mocambo. Em inquérito solicitado pelo mesmo apresenta-se alguns dados bem diferentes dos que eram esperados pela população: dos 164877 moradores, 62,7% são alfabetizados;

⁶ As ações de remodelação urbana ligada à ideia de modificação das ações da sociedade não ocorreram apenas em Recife; mas o ímpeto com o qual tais ações ocorreram no estado são de destaque equivalente ao de cidades como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, onde os índices populacionais e a presença negra eram também altas. Apud. LIRA, José T. C. de. *O Urbanismo e seu Outro*.

apenas 3.3% está desempregado; a maioria dos trabalhadores são artistas ou trabalham nas fábricas, comércio e transportes e no caso das mulheres, realizam serviços domésticos; 62,78% das crianças estão nas escolas. (F.D.M., *Problema humano*. 22/06/39, página 3). O problema seria resolvido de forma rápida a partir do momento que se proporcionasse ao trabalhador o salário adequado e a construção e financiamento de casas a baixo custo. Magalhães apresenta o projeto da Liga Social como verdadeiro caminho de salvação do morador de mocambo, que não é em sua maioria considerável sobrevivente da catação de caranguejo ou desempregada, e sim vítima de um sistema social onde os governantes não cuidavam do progresso e moralidade da população. Percebe-se diante destas e de várias outras notícias a insistência em uma propaganda defensora do morador de mocambo enquanto potencialmente honesto, porém desvirtuado pelo mocambo, corruptora da ordem e da família.

Ambição pela melhor condição de vida, esperança no governo e nas ações sociais, força para combater o mal. O apelo emocional é um recurso recorrente nos discursos lidos não só nesses textos mas nos outros artigos do Fôlha; não fazendo simplesmente a um recurso de estilo pertencente à época, ele obedece a uma orientação retórica que auxilia para que o leitor se aproxime e haja comoção (ALMEIDA, 2001). Tal recurso foi fundamental para a coerção dos moradores de mocambo, dos financiadores do projeto e da população em geral, ainda que muitas vezes de forma não passiva (GOMINHO, 2007).

Das reformas do Recife Novo (atual Bairro do Recife) à abertura da avenida Dantas Barreto, a imposição das ações governamentais sobre o espaço urbano se deu legitimado pela promoção da ordem e da higiene, ainda que apresentem estilos arquitetônicos diferentes. Tais ações podem ser compreendidas, segundo José Lira, a partir do é chamado por Hesse de “mitologia branca”: “*uma concepção de ‘alteridade’ como intrusão, radicalizada no corpo, como vírus cultural difícil de ser combatido; um problema cultural que permeia a própria história do urbanismo e que em grande parte decorre do discurso nacionalista moderno*” (LIRA, 1999. Páginas 57-58). Para realizar-se o projeto do Estado, em nome de uma melhoria para a nação e o povo de

Pernambuco, coloca-se em xeque a condição de cidadania desses moradores de mocambo. O esforço da retirada de milhares de moradores de suas antigas residências, vistas como imundas e inapropriadas para aquilo que se procura na cidade, se deu mediante a esse pano de fundo, onde o forte teor sanitarista é presente.

Antes da Liga Social Contra o Mocambo foram realizadas algumas iniciativas em prol dos moradores dos alagados, porém sem grande sucesso; a ligação mais direta entre elas se encontra na Fundação da Casa Popular, em ação entre 1922 e 1926 através do Departamento de Saúde e Assistência, tendo construído algumas vilas mas sem continuidade. Em abril de 1938 Novaes Filho decreta a proibição da construção de mocambos nas regiões dos alagados (lei essa que, apesar das ameaças de prisão e multas, nota-se que não foi de todo respeitada tendo em vista a quantidade de moradias que continuaram a ser feitas nos locais). Após cinco meses é criada a Comissão Censitária dos Mocambos, equipe com profissionais de diversas áreas (incluindo engenheiros e higienistas) que durante cerca de um ano coletaram dados nas diversas regiões da capital.

A grande empreitada para a construção de moradias populares se deu de fato através da Liga, criada em 12 de julho de 1939, que busca não apenas o aterro de alagados e financiamento de casas, mas também uma “reintegração social” daqueles sujeitos contaminados pelo ambiente sujo no qual residiam, criando centros educativos e proporcionando assistência médica, lazer e diversas atividades socio culturais que permitam aos ex-mocambeiros suas existência em vida digna⁷(PANDOLFI, 1984: 60-

⁷ O Teatro foi visto e utilizado como forma de educação para a sociedade. Agamenon Magalhães afirmava assim seu desejo: “queremos um teatro nacional. Um teatro que corrija ou reajuste as emoções do cinema. Um teatro em que a história, os costumes, os fatos da vida brasileira sejam fatores de emoção restauradora. A diretoria de Reeducação e Assistência Social acaba de organizar, de acordo com o Grupo Gente Nossa, um concurso de peças teatrais, para operários, não só com o fim recreativo, como educacional. A dignidade do trabalho, o combate às doutrinas dissolventes, a economia do lar, a estabilidade da família, o amor à pátria, o combate decisivo às forças anárquicas desintegradoras da Nação, como o divórcio, o comunismo, o laicismo, serão os motivos das peças.” (F.D.M., *Theatro*. 04/06/39, página 03). Posteriormente, em agosto do mesmo ano, era apresentada a peça Mocambo pelo Grupo Gente Nossa, sendo, segundo Magalhães, de grande utilidade para a sociedade e profundamente fiel ao drama cotidiano que ocorria nos alagados (F.D.M., *Realismo*. 09/09/39, pág. 3)

61). Era premissa fundamental de que todo cidadão tivesse seu próprio imóvel, sendo esse valor – segundo seus discursos – baseado nas suas concepções de moralidade social, ética cristã, desenvolvimento humano e erradicação dos maus hábitos. Ter a casa própria era um passo à diante na promoção da soberania nacional, da felicidade de todos, do bem comum⁸; é nessa casa que está o exercício e reconhecimento da cidadania daquele sujeito, e em tempos de (contrariando a teoria de Magalhães, como foi dito no início do segundo capítulo) quase anulação da democracia e definimento da concepção legal de cidadania – espalhando-se assim para o cotidiano – significa bastante.

A conexão entre a forma de se morar e a formação do indivíduo era muito clara para Magalhães:

“o mocambo não é só uma habitação anti higiênica. Um mal para a saúde. *É um fator psicológico de depressão social* [grifo meu]. Reduz os horizontes das aspirações de conforto da população, (...) de uma vida mais feliz, que é a força moral das coletividades, a condição de progresso, de aperfeiçoamento, de civilização, sempre a procura de meios que elevem a dignidade humana” (F.D.M, *O Gosto Pela Habitação*. 05/07/39, página 3).

O Recife assistia desde o início do século XX uma crescente intervenção em seu espaço urbano motivado por ações do governo, estando tal fato associado a diversos elementos. A relação entre o governo de Magalhães e os moradores de mocambo através da preocupação conceitual sobre o que era entendido sobreser cidadão e o que era de fato vivenciado de tal conceito faz notar um longo processo de separação entre a vida e a cidadania, onde o reconhecimento dos habitantes enquanto portadores de direito encontra-se em uma situação limite refletiva especialmente no espaço urbano, onde a

⁸“Dizia São Tomás que não há moral sem um mínimo de propriedade. A propriedade é um lugar onde se respire, onde o homem se recolha após um dia de fadiga, onde a mulher e os filhos encontrem o ambiente salutar, onde as virtudes domésticas possam desabrochar, a propriedade é o lar, é a casa. (...) Não há maior inimigo da civilização do que o mocambo. Ele é um mal pior do que a febre amarela ou o impaludismo na baixada fluminense. É um fator permanente de depressão orgânica e social” (F.D.M, *Frente Contra o Inimigo*. 11/07/39, página 03).

relação entre o sujeito e o seu meio se dá de forma mútua. Nesse processo, ocorreu o fortalecimento da subcidadania de uma enorme quantidade de brasileiros expostos ao poder do governante e as ações dali derivadas.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano ea vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária* -São Paulo: Humanitas, USP, 2001.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)* - Rio de Janeiro: Difel, 1976.

FAUSTO, Boris. *O Pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)* - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)* – Jaboatão dos Guararapes: Livro Rápido, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia L. et al.(orgs.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães* – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1984.

SENNET, Richard. *Carne e Pedra: uma história das cidades*. São Paulo: Bestbolso, 2008.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003. 212 páginas.